

O papel das Forças de Segurança na Prevenção, Gestão e Transformação de conflitos eleitorais

Documento apresentado por Wilfred Mhanda - Director, *Zimbabwe Liberators Platform*
26 de Novembro de 2003

“ A meta a longo prazo é para nós usarmos as lições tiradas e as experiências obtidas na observação eleitoral para ajudar a fortalecer os processos democráticos e transparência na condução de eleições nos países da SADC”

Fórum Parlamentar da SADC.

Ao longo dos séculos e milénios da existência humana, o ser humano tem estado sujeito a várias formas de ordem social, algumas progressivas e outras retrógradas. Épocas de paz foram marcadas por guerras, distúrbios sociais e períodos de instabilidade à medida que a sociedade progredia no tempo. Mulheres e homens de boa vontade procuraram ao longo dos tempos, uma fórmula para assegurar a paz, estabilidade e desenvolvimento. No mundo de hoje, caracterizado por explosões populacionais, falta de recursos para satisfazer as necessidades humanas e tecnologia sofisticada letal, os desafios à paz, estabilidade e desenvolvimento social são maiores do que nunca. A democracia emergiu como a única ferramenta de engenharia social que garante a paz e estabilidade e facilita a primazia da vontade da maioria.

A Democracia é o contrapeso ao uso arbitrário do poder de uma minoria influente e poderosa possessada pela urgente necessidade de satisfazer as suas fantasias e caprichos a qualquer custo. É a ideia que assegura a primazia da vontade da maioria e a responsabilidade perante a sociedade dos que exercem o poder.

A Democracia é também o envolvimento livre e a participação do povo nos assuntos e decisões que afectam as suas vidas. Tal envolvimento e participação toma a forma de processos de escolha dos seus representantes que tomam as decisões que têm repercussões no seu bem estar e meios de vida. Convém dizer que para que esses processos reflectam realmente a vontade do eleitorado, devem ser tomadas medidas para ultrapassar todos os obstáculos à liberdade de expressão da vontade do povo.

Para os que conhecem um ambiente de produção, é axiomático que o produto seja tão bom quanto for o processo que o produziu. Os parâmetros e especificações do processo são definidos e cumpridos para garantir um bom produto. A qualidade do produto é deste modo assegurado através da conformidade e aderência aos parâmetros estabelecidos. Quais são então os parâmetros e especificações do processo cuja conformidade e concordância garantem um produto ou resultado aceitável? O Fórum Parlamentar da SADC deu resposta a esta questão através das suas recomendações de normas e padrões para as eleições. Nas palavras do Fórum: *“ as recomendações visam fortalecer as instituições eleitorais, reformar os quadros legais e práticas eleitorais ultrapassadas e entrincheirar o processo democrático na condução de eleições, minimizando disputas à volta dos resultados das eleições..”*

É neste contexto que é discutido o papel das Forças de Segurança na prevenção, gestão e transformação de conflitos eleitorais. De todos os países da SADC é o Zimbabwe que experimentou os piores conflitos relacionados com as eleições nos últimos anos. O

Zimbabwe servirá de ora em diante como um caso de estudo na avaliação crítica do papel das Forças de Segurança durante os conflitos relacionados com as eleições.

Por forças de segurança deve-se entender forças de segurança no sentido estrito da palavra e órgãos civis importantes e processos necessários para os gerir que envolvem instituições do estado que tenham um mandato formal para garantir a segurança do estado e seus cidadãos contra actos de violência e coerção, tais como as forças armadas, a polícia e forças paramilitares, serviços de inteligência, instituições judiciais e penais bem como as autoridades eleitas e nomeadas responsáveis pelo controlo e supervisão (*Security issues and Development Co-operation : A Conceptual Framework for Enhancing policy Coherence, The DAC Journal Vol 2, No. 3*)

Idealmente as Forças de segurança devem servir de pilar para a ordem democrática através da manutenção da paz, direito e ordem, garantindo a segurança doméstica e externa. Entretanto, nos estados mais fracos onde estão em causa a legitimidade dos governantes, as Forças de Segurança podem ser facilmente manipuladas para servir determinados interesses partidários que perpetuam a permanência no poder de uma elite impopular. A falta de estabilidade estrutural torna este tipo de estados vulneráveis aos conflitos. Nessas circunstâncias, o papel das Forças de Segurança pode facilmente levar a uma escalada do conflito.

O papel da Forças de Segurança nas eleições do Zimbabwe será examinado no contexto dos seguintes aspectos associados às eleições.

1. Agências eleitorais

No Zimbabwe três agências são responsáveis pela organização e administração das eleições, a saber:

- i. O Gabinete do conservador geral, que também assume o título de conservador de registo eleitoral geral nos termos da Lei Eleitoral do Zimbabwe
- ii. A Direcção das Eleições
- iii. A Comissão de Supervisão Eleitoral

As primeiras duas agências são as mais poderosas e importantes na organização e administração das eleições, sendo a Direcção das Eleições a mais importante.

O conservador geral das eleições, um funcionário publico, é responsável pelo funcionamento de todo o processo eleitoral sob a direcção da Direcção das Eleições, nomeadamente: -

- O Registo de eleitores;
- A Preparação e guarda dos cadernos eleitorais;
- A Presidência sobre os tribunais de nomeação dos candidatos;
- A Provisão dos boletins de voto;
- A Criação das assembleias de voto;
- A Provisão do pessoal eleitoral;
- A Declaração dos resultados;
- A Guarda dos resultados.

As responsabilidades da Direcção das Eleições incluem, principalmente:-
(Secção 4 da Lei Eleitoral: Capítulo: 01)

- Coordenação dos ministérios e departamentos governamentais em todos os assuntos relacionados com a logística eleitoral;
- Supervisão do registo eleitoral;
- Garantia que as eleições são realizadas de forma livre e justa.

A Comissão de Supervisão Eleitoral (ESC) é principalmente responsável pela supervisão do registo eleitoral e realização das eleições pelo conservador geral e pela análise das propostas legislativas relacionadas com as eleições.

Nas eleições presidenciais de 2002 e subsequentes eleições locais e parlamentares parciais, o funcionamento da Direção das Eleições estava a cargo de um oficial militar, Brigadeiro Nyikayaramba apoiado por um contingente de pessoal militar. O Brigadeiro Nyikayaramba é responsável pela administração do pessoal no quartel geral do Exército do Zimbabwe.

O papel das Forças Armadas na Constituição do Zimbabwe Capítulo X Secção 98(1) e da Lei da Defesa, é o de defender o Zimbabwe contra o inimigo. O inimigo é definido na Lei da Defesa como todas as pessoas envolvidas em operações contra as Forças de Defesa ou qualquer outra Força militar e todos amotinados, rebeldes e desordeiros. A questão é saber quem é o inimigo no processo eleitoral. Contra quem é que o pessoal militar é empregado? Não é preciso ser-se um cientista nuclear para descobrir que o inimigo são os adversários políticos nas eleições opostos ao partido no poder. Encarregar o pessoal militar de organizar as eleições é o equivalente a uma declaração de guerra aos partidos políticos da oposição e é uma subversão do processo eleitoral como exercício democrático e expressão da vontade do eleitorado. Isso enfraquece os opositores políticos e debilita a sua confiança no processo eleitoral como exercício democrático e inevitavelmente gera e exacerba conflitos.

Para complicar todo o assunto o chefe da outra agência eleitoral, a Comissão de Supervisão Eleitoral é um coronel do exército reformado, ex-chefe da inteligência militar. Pode-se perguntar se isso não representa a militarização da organização e administração das eleições para garantir que o “inimigo” seja aniquilado.

2. Registo de eleitores

O direito de eleger e ser eleito deveria ser aceite com um direito à nascença de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Mulheres. O Fórum da SADC recomenda que indivíduos elegíveis tenham o direito a procedimentos de registo eleitoral e nomeação não discriminatórios.

De acordo com o relatório preliminar da Rede de Apoio às Eleições do Zimbabwe¹ sobre o registo e inspeção eleitoral, publicado em Dezembro de 2001, antes das eleições presidenciais do Zimbabwe em 2002, os veteranos de guerra e as milícias do partido no poder, guarneciam os centros de registo e inspeção, numa clara tentativa de assustar e afastar do processo de registo possíveis apoiantes da oposição, numa flagrante violação aos pré-requisitos para eleições livres e justas.

¹ Zimbabwe Election Support Network, ZESN.

O envolvimento dos veteranos de guerra e das brigadas jovens em tais processos é um abuso do papel das Forças de Segurança que não pode ser encorajado pelos agentes de segurança.

3. Liberdade de associação e expressão

A liberdade de associação e expressão é um ingrediente essencial da ordem democrática cuja inviolabilidade deve ser protegida e cumprida, segundo o Fórum Parlamentar da SADC. O governo da ZANU PF promulgou em Janeiro de 2002, antes das eleições Presidenciais de 10 a 11 de Março de 2003, a draconiana Lei da Segurança e Ordem Pública (POSA), que criminaliza a liberdade de expressão e associação. É necessária a autorização expressa da polícia para sancionar qualquer reunião de três ou mais pessoas. Essa disposição da lei serve de ferramenta de veto exercido pela polícia da República do Zimbabwe para banir as actividades de alegados opositores políticos, tais como partidos políticos e organizações da sociedade civil. De acordo com a Constituição do Zimbabwe, a lei da Polícia e o Capítulo sobre serviços policiais, a Polícia da República do Zimbabwe é responsável pela manutenção da paz, lei e ordem e não para servir como instrumento para reprimir as actividades pacíficas de adversários políticos.

A Democracia é por definição um método para resolver conflitos societários de uma forma não violenta uma vez que o processo de democratização é um processo revolucionário e gerador de conflitos. (*Democratization and Armed Conflicts – SIDA*). Actos partidários por Forças da Segurança como a polícia, servem somente para minar os caminhos pacíficos para a resolução de conflitos. Bloquear o trajecto aos processo democráticos resulta inevitavelmente em tensões políticas que podem facilmente levar a conflito violento, ameaçando deste modo a segurança, lei e ordem.

4. A Campanha Eleitoral

As campanhas eleitorais no Zimbabwe têm sido arruinadas por violência politicamente motivada desde a independência em 1980. Uma vez em Fevereiro de 1980, Lorde Soames, o governador de transição da Rodésia nos termos do Acordo de Lancaster House de 1979 ameaçou banir a ZANU PF da participação nas eleições para a independência em 1980, devido à intimidação e violência política. Todas as eleições posteriores no novo Zimbabwe continuaram a ser caracteristicamente abaladas por violência política.

Entretanto a violência política na forma de assassinato, tortura sistemática, violação, destruições da propriedade e deslocamento dos habitantes rurais, alcançou um crescendo nos últimos quatro anos desde a segunda volta das eleições parlamentares de 24 – 25 Junho de 2000 e todas as posteriores eleições locais e parlamentares parciais.

Actos de violência associados a campanhas eleitorais estão bem documentados nos numerosos relatórios da Rede de Apoio às Eleições do Zimbabwe (ZESN), a Coligação contra a Crise no Zimbabwe, observadores locais, regionais e internacionais. Evidências esmagadoras apontam para o facto do partido no poder ser o principal autor da violência como um instrumento da campanha eleitoral. Os agentes dessa violência incluem as milícias do partido no poder, os veteranos da guerra errantes e brigadas jovens. A situação é complicada pela inércia e resposta partidária da polícia aos incidentes de violência onde invariavelmente as vítimas são apoiantes dos partidos de oposição e activistas da sociedade civil envolvidos em programas de educação eleitoral.

A responsabilidade pelo fomento de actos de violência recai na própria liderança do partido no poder e seus delegados na forma de veteranos da guerra errantes e milícia jovem, bem como os meios de comunicação social pública partidária que incita à violência.

O Comissário da Polícia Incumbente, Mr Augustin Chiihuri declarou abertamente o seu apoio ao partido no poder antes das eleições presidenciais de 2002. Subsequentemente, os oficiais de polícia de fidelidade suspeita foram sistematicamente afastados das Forças.

O Fórum Parlamentar da SADC apela a todas as Forças de Segurança do Estado para agirem sempre imparcialmente o que evidentemente no caso do Zimbabwe chega os ouvidos dos surdos. Os órgãos e instituições de segurança do estado estão literalmente num pé de guerra com a democracia e todas as Forças que a apoiam.

Numa clara expressão de partidarismo, o Comandante das Forças de Defesa do Zimbabwe, apoiado pelos chefes de serviços aéreos, Exército, o Director da Organização da Inteligência Central (CIO), o Comissário da Polícia e Comissário das Prisões prestaram o seu apoio ao partido no poder na sua campanha para as eleições presidenciais de 2002, numa conferência de imprensa onde eles absteram-se de apoiar qualquer pessoa sem credenciais de libertação. Isso representa o tamanho da subversão e manipulação das instituições do estado que servem interesses partidários obscuros de um ditador impopular que procura desesperadamente manter-se no poder através de violência nua e crua e fraude eleitoral.

Conclusão

Um número significativo de países da SADC tiveram que pegar em armas para obterem a sua libertação e autodeterminação. É uma ironia cruel que essas mesmas armas das quais deveriam ter emergido os fundamentos da democracia e liberdade, são agora treinadas contra o mesmo povo que deveria ter sido liberto. Isso tem que ser visto no contexto de instituições do estado repressivas que antigamente serviram os interesses de uma minoria repressiva, mas foram herdadas intactas na altura da independência e perfeitas para servir os interesses de uma nova minoria, uma elite nacionalista no poder, que eram o leme do movimento de libertação. Será de admirar então que a África está passando sempre pelos mesmos problemas, i.e. o domínio da vontade e interesses da maioria por uma elite nacionalista que vestiu a capa do seus anteriores opressores.

O desafio é primeiro transformar e democratizar as instituições do estado que põem obstáculos e impedimentos à responsabilidade democrática antes que as eleições livres e justas possam se tornar uma realidade. Essencialmente, o governo nacionalista que tomou o poder dos opressores coloniais deve ser considerado nada mais do que uma transição da opressão colonial para a ordem democrática o que para alguns países da SADC continua a ser uma miragem no horizonte.

O período de transição é necessariamente cheio de tensões políticas e episódios de conflito. A sociedade civil com o apoio de políticos progressistas tem que tomar as rédeas e levar a cabo a transformação e democratização das instituições do estado, incluindo as instituições de segurança do estado para facilitar a primazia dos interesses da maioria.

Referências:

1. Constitution of Zimbabwe, Revised Edition 1996.
2. Crisis in Zimbabwe Coalition: Another Wasted Chance, The 2002 Presidential Elections
3. D A C Guidelines: Helping Prevent Violent Conflicts: O E C D 2001
4. Defence Act of Zimbabwe: Chapter 11:02, Revised Edition 1996.
5. Electoral Act of Zimbabwe, February 2002.
6. Friedrich Ebert Stiftung: Crisis Prevention - Conflict Resolution – Peacekeeping, 2003.
7. Mhanda Wilfred: On Free and Fair elections, November 2001.
8. Nordem Report: Zimbabwe Presidential Elections 2002, May 2002.
9. Police Act of Zimbabwe, Revised Edition 1996.
10. SADC Parliamentary Forum Electoral Recommendation 2002.
11. SIDA: Democratization and Armed Conflicts, March 2003.
12. Zimbabwe Election Support Network: Report on the 2000 Parliamentary Elections 24 – 25 June.
13. Zimbabwe Election Support Network: Voter Registration and Inspection Preliminary Report, December 2001.
14. Zimbabwe Election Support Network: Zimbabwe Presidential Elections, March 2002.
15. Zimbabwe Liberators Platform, Statement on the Presidential Elections March 10 – 11 2002.